

SÃO FRANCISCO DO SUL
PREFEITURA

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO



RELATÓRIO CI/PG/IPRESF n.º 002/2024
SEGUNDO SEMESTRE DE 2024

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PRÓ-GESTÃO RPPS – Nível II
Manual do Pró-Gestão RPPS – Versão 3.5
Item 3.1.4

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	4
2 METODOLOGIA.....	4
3 O IPRESF.....	5
3.1 Natureza Jurídica do IPRESF.....	5
3.2 Estrutura Organizacional.....	6
Quadro Permanente (Dezembro/2024).....	6
Diretoria Executiva (Dezembro/2024).....	8
Conselho Administrativo (Dezembro/2024).....	10
Conselho Fiscal (Dezembro/2024).....	12
Comitê de Investimentos (Dezembro/2024).....	13
4 SEGURADOS.....	14
4.1 Recadastramento Anual.....	15
4.2 Prova de Vida.....	15
5 ANÁLISE DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO.....	16
5.1 Administrativa.....	16
5.2 Arrecadação e Finanças.....	18
5.3 Investimentos.....	18
5.4 Atuarial.....	20
5.5 Benefícios.....	20
.....	24
5.6 Transparência, Atendimento, Ouvidoria e Código de Ética.....	24
.....	25
5.7 Compensação Previdenciária.....	25
5.8 Política de Segurança da Informação.....	25
5.9 Jurídico.....	26

5.10 Relatório de Governança Corporativa.....	26
5.11 Planejamento.....	27
5.12 Saúde e Segurança do Servidor.....	27
6 EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA.....	28
6.1 Plano de Ação de Capacitação.....	28
6.2 Ações de Diálogo.....	28
7 CONCLUSÃO.....	29
1. Itens 3.1 – Governança Corporativa e Controles Internos.....	29
2. Itens 3.2 – Transparência, Ética, Governança e Relação com o Público.....	30
3. Itens 3.3 – Comunicação, Capacitação e Relacionamento com o Segurado.....	31
4. Outras Recomendações Relevantes.....	31

1 INTRODUÇÃO

A Controladoria Geral do Município de São Francisco do Sul, com atribuições conferidas pelo artigo 31, da Lei Municipal n.º 2109, de 04 de dezembro de 2018, tem como objetivo básico executar a fiscalização dos atos administrativos no âmbito dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Município, incluindo o IPRESF, de forma a garantir que sejam atendidos os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, apoiando os órgãos de Controle Externo na sua missão institucional.

A Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF, responsável como Unidade Gestora (UG) do Regime Próprio de Previdência Social, do Município de São Francisco do Sul, criada e regida pela Lei Complementar Municipal n.º 72, de 10 de julho de 2015, atualmente está certificada sob o Nível II, do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Portaria MPS n.º 185/2015, alterada pela Portaria MF n.º 577/2017), conforme Certificado CPG n.º 040/2022, com validade até 12 de dezembro de 2025.

O presente relatório abrange o segundo semestre de 2024 (1º de julho a 31 de dezembro) e visa atestar a conformidade das áreas mapeadas e manualizadas e de todas as ações atendidas na auditoria de certificação, bem como acompanhar as providências adotadas pelo RPPS para implementar as ações não atendidas, conforme item 3.1.4, da Versão 3.5, do Manual Pró-Gestão RPPS, nas grandes áreas de atuação exigidas para a manutenção do Nível II.

4

2 METODOLOGIA

Realização de verificação dos processos de concessão de benefícios previdenciários – Aposentadorias e Pensões – concedidos durante o período avaliado, nos termos da Instrução Normativa n.º TC-11/2011, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, conforme documentos enviados pelo IPRESF, por meio físico, à análise e emissão de parecer acerca da regularidade, emitido pela Controladoria Geral do Município de São Francisco do Sul,

Os mapeamentos e manuais estabelecidos como padrão no processo, também são critérios de análise do presente relatório, podem ser verificados no site institucional do IPRESF, disponível em <https://www.ipresf.sc.gov.br>, além da análise dos dados e relatórios contábeis e financeiros disponibilizados pelo IPRESF.

Por fim, análise das providências adotadas pelo RPPS para implementar as ações não atendidas para a manutenção da certificação Nível II, conforme Versão 3.5, do Manual Pró-Gestão RPPS.

3 O IPRESF

Criada para prestar todo o atendimento previdenciário aos servidores públicos municipais efetivos, a Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul (IPRESF) começou suas atividades em 10 de julho de 2015, por força da Lei Complementar Municipal n.º 72/2015, com o propósito de assegurar aos servidores os direitos e vantagens da previdência pública, asseguradas na Constituição Federal, atuando com responsabilidade fiscal, equilíbrio atuarial e respeito, garantindo democratização e transparência em sua gestão executiva. Atualmente, cerca de 1.400 servidores são filiados ao IPRESF.

Situado à Rua Barão do Rio Branco n.º 377, 04º andar, Centro, neste Município de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina, com disponibilidade de contato através do telefone <(47)3449-0384>, e do e-mail <ipresf@ipresf.sc.gov.br>, inscrito sob o CNPJ n.º 23.017.093/0001-62.

É organizado com base em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir seu equilíbrio financeiro e atuarial, submetido à orientação, supervisão, controle e fiscalização da Secretaria de Previdência Social. Os recursos do IPRESF são constituídos pela contribuição do ente público (contribuição previdenciária patronal, alíquota suplementar e taxa de administração), pelos segurados (contribuição previdenciária) e pela compensação previdenciária.

5

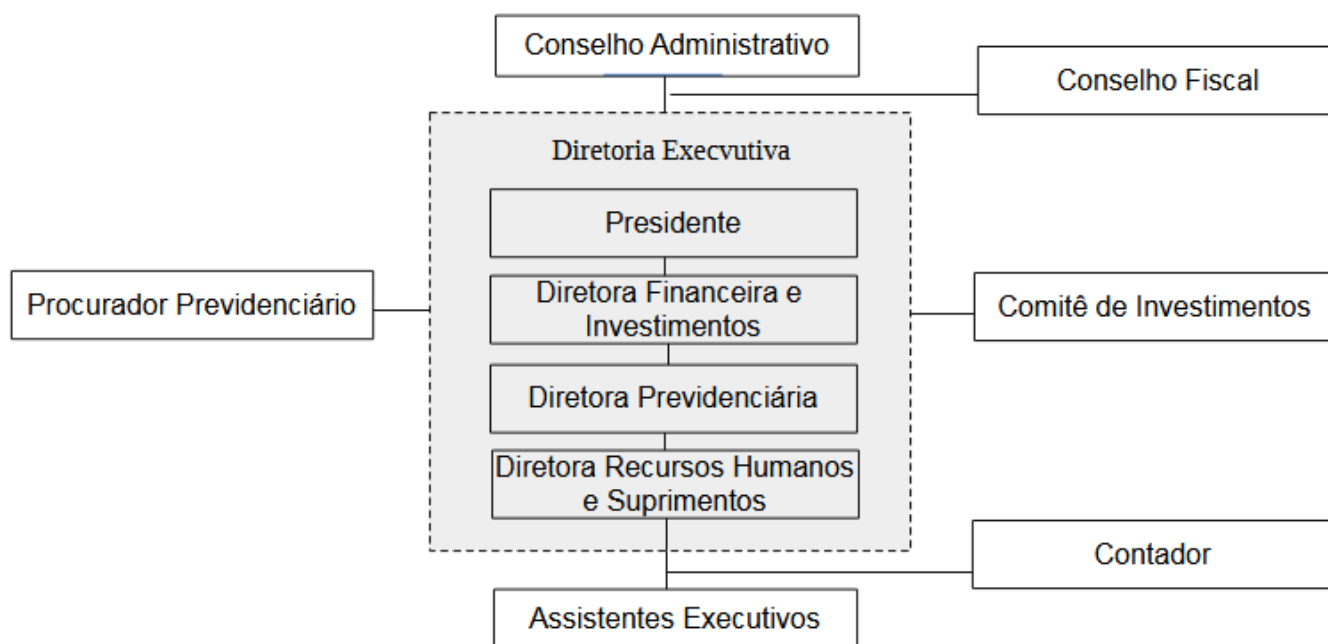
Os recursos previdenciários somente podem ser utilizados para pagamento de benefícios previdenciários, já a taxa de administração serve para as despesas de administração do IPRESF. As disponibilidades financeiras vinculadas ao IPRESF estão aplicadas no mercado financeiro, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN.

Além do controle desempenhado pela Secretaria de Previdência e pelo Conselho Monetário Nacional, os atos do RPPS passam pela análise dos Conselheiros do Instituto, pela Controladoria Geral do Município e, por fim, pelo controle exercido pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. O cumprimento dessas determinações legais é obrigatório ao IPRESF e indispensável para que o Instituto continue garantindo aos seus segurados ativos e inativos o pagamento dos benefícios previdenciários.

3.1 *Natureza Jurídica do IPRESF*

O IPRESF é a unidade gestora única do Regime Próprio de Previdência Social do Município de São Francisco do Sul. Possui natureza fundacional de direito público, criada através da Lei Complementar Municipal n.º 72, de 10 de julho de 2015, integrante da administração indireta municipal, com autonomia financeira, administrativa e gerencial.

3.2 Estrutura Organizacional



Quadro Permanente (Dezembro/2024)

6

O IPRESF possui, em seu quadro próprio, dois servidores efetivos – Procurador Previdenciário e Contador, aprovados através do Concurso Público n.º 001/2015, e três servidores cedidos pelo Município de São Francisco do Sul, para as vagas de ‘Assistente Executivo’, em atendimento ao item 3.2.16, do Manual do Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5.

PROCURADOR PREVIDENCIÁRIO

- Natureza do cargo: efetivo;
- Plano de Carreira: Lei Complementar Municipal n.º 073/2015;
- Número de vagas ocupadas: 01;
- Número de vagas disponíveis: 00;
- Situação: servidor em exercício, aprovado no Concurso Público n.º 001/2015/IPRESF;
- Nome do Servidor: **Fernando Gomes de Fáveri**;
- Nomeação: Portaria/IPRESF n.º 032, de 07 de março de 2016;
- Posse: 15 de março de 2016;
- Dados consultados: <https://www.ipresf.sc.gov.br/public/admin/globalarq/cria/sub-pagina-doc/62ec4a452fba1797d1fcd285c66c4a83.pdf>

CONTADOR

- Natureza do cargo: efetivo;
- Plano de Carreira: Lei Complementar Municipal n.º 054/2014;
- Número de vagas ocupadas: 01;
- Número de vagas disponíveis: 00;
- Situação: servidor em exercício, aprovado no Concurso Público n.º 001/2015/IPRESF;

- Nome do Servidor: **Luciano Campos Moreira da Silva**;
- Nomeação: Portaria/IPRESF n.º 034, de 24 de março de 2016;
- Posse: 02 de maio de 2016;
- Dados consultados: <https://www.ipresf.sc.gov.br/public/admin/globalarq/cria/sub-pagina-doc/8178217c00b1d4aaf5cacc9f5e27683a.pdf>

ASSISTENTE EXECUTIVO

- Natureza do cargo: efetivo;
- Plano de Carreira: Sem plano de carreira aprovado;
- Número de vagas ocupadas: 03;
- Número de vagas disponíveis: 00;
- Situação: servidores cedidos pelo Município de São Francisco do Sul;
- Termo de Convênio: Termo de Convênio n.º 018, de 1º de outubro de 2015;
- Autorização legal para a cessão: art. 90, Parágrafo Único, da Lei Complementar n.º 72/2015;
- Nome dos Servidores cedidos:
 - **Bruna Maciel**
 - **Eliane Batista**;
 - **Ricardo Luiz Fernandes**;
- Ato de Cessão, respectivamente:
 - Portaria Municipal nº 18.560, de 10 de fevereiro de 2023;
 - Portaria Municipal nº 17.512, de 03 de setembro de 2021;
 - Portaria Municipal nº 17.053, de 14 de janeiro de 2021;
- Dados consultados, respectivamente:
 - Indisponível no site do IPRESF;
 - https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/arquivosbd/atos/2023/02/1676296441_portaria_n_18.560.2023__concede_cesso_ao_ipresf__bruna_maciel_assinado.pdf
 - https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww.diariomunicipal.sc.gov.br%2Farquivosbd%2Fatos%2F2021%2F09%2F1631541390_portaria_n_17.512.2021__concede_cesso_ipresf_eliane_batista.doc
 - https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww.diariomunicipal.sc.gov.br%2Farquivosbd%2Fatos%2F2021%2F01%2F1610642539_portaria_n_17.053.2021__concede_cesso_ao_ipresf_ricardo_luiz_fernandes.doc

RECOMENDAÇÃO 01

Estruturar o Plano de Carreira dos servidores efetivos do IPRESF, especialmente para o cargo de 'Assistente Executivo' e realizar concurso público para o preenchimento de vagas, em detrimento dos servidores cedidos.

RECOMENDAÇÃO 02

Publicar as Portarias Municipais no site do IPRESF. Atualizar aba específica com a equipe. (<https://www.ipresf.sc.gov.br/legislacao>), (<https://www.ipresf.sc.gov.br/pagina/132/equipe>).

Diretoria Executiva (Dezembro/2024)

A Diretoria Executiva do IPRESF está organizada de forma que há segregação das atividades de habilitação e concessão de benefícios das atividades de implantação, manutenção e pagamento de benefícios, em atendimento ao item 3.2.12, conforme as competências indicadas nos arts. 85 (Diretor-Presidente), art. 86 (Diretor Previdenciário), art. 86A (Diretor Financeiro e de Investimentos) e art. 87 (Diretor de Gestão de Pessoas e Suprimentos), todos da Lei Complementar Municipal n.º 72/2015.

O IPRESF possui quatro cargos em comissão, ocupados por segurados do IPRESF – Presidente, Diretora financeira e de investimentos, Diretora previdenciária e Diretor de recursos humanos e suprimentos, em atendimento ao item 3.2.12, do Manual do Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5.

PRESIDENTE

- Natureza do cargo: comissionado;
- Previsão Legal: Lei Complementar Municipal n.º 072/2015, Lei Complementar Nº 120, De 02 De Janeiro De 2023;
- Número de vagas ocupadas: 01;
- Número de vagas disponíveis: 00;
- Situação: servidor nomeado em exercício;
- Nome do Servidor: **Idelson Alves Porto**;
- Nomeação: Portaria Municipal n.º 16.885, de 04 de janeiro de 2021 e Portaria Municipal n.º 18.401, de 05 de janeiro de 2023.
- Posse: 1º de janeiro de 2021;
- Dados consultados: https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww.diariomunicipal.sc.gov.br%2Farquivosbd%2Fatos%2F2023%2F01%2F1672928050_portaria_n_18.401.2023__nomeia_presidente_ipresf_idelson_alves_porto.doc,
https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww.diariomunicipal.sc.gov.br%2Farquivosbd%2Fatos%2F2021%2F01%2F1609868775_portaria_n_16.885.2021__nomeia_dir_ipresf_idelson_alves_porto.doc.
- Atendimento aos requisitos do art. 8º-B, da Lei Federal n.º 9717, de 27 de novembro de 1998:
 - Art. 8º-B, I: certidões e declaração não encaminhadas ao Controle Interno e indisponíveis para consulta no site do IPRESF;
 - Art. 8º-B, II: Certificação Anbima CPA 10, válida até 04/11/2024;
 - Art. 8º-B, III: comprovação não encaminhada ao Controle Interno e indisponível para consulta no site do IPRESF;
 - Art. 8º-B, IV: atende, conforme documentação arquivada no RH, da Prefeitura;

DIRETORA FINANCEIRA E DE INVESTIMENTOS

- Natureza do cargo: comissionado;
- Previsão Legal: Lei Complementar Municipal n.º 072/2015, c/c Lei Complementar Nº 120, De 02 De Janeiro De 2023;
- Número de vagas ocupadas: 01;
- Número de vagas disponíveis: 00;

- Situação: servidor nomeado em exercício;
- Nome do Servidor: **Sandra Heloísa de Biasi**;
- Nomeação: Portaria Municipal nº 16.886, de 04 de janeiro de 2021 e Portaria Municipal nº 18.402, de 05 de janeiro de 2023;
- Posse: 1º de janeiro de 2021;
- Dados consultados: https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww.diariomunicipal.sc.gov.br%2Fquivosbd%2Fatos%2F2021%2F01%2F1609868799_portaria_n_16.886.2021__nomeia_cg_ipresf_sandra_heloisa_de_biasi.doc, https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww.diariomunicipal.sc.gov.br%2Fquivosbd%2Fatos%2F2023%2F01%2F1672928094_portaria_n_18.402.2023__nomeia_dir_fin_e_invest_ipresf_sandra_heloisa_de_biasi.doc.

Atendimento aos requisitos do art. 8º-B, da Lei Federal n.º 9717, de 27 de novembro de 1998:

- Art. 8º-B, I: certidões e declaração não encaminhadas ao Controle Interno e indisponíveis para consulta no site do IPRESF;
- Art. 8º-B, II: Certificação Anbima CPA 10;
- Art. 8º-B, III: comprovação não encaminhada ao Controle Interno e indisponível para consulta no site do IPRESF;
- Art. 8º-B, IV: atende, conforme documentação arquivada no RH, da Prefeitura;

DIRETORA PREVIDENCIÁRIA

- Natureza do cargo: comissionado;
- Previsão Legal: Lei Complementar Municipal n.º 072/2015, c/c Lei Complementar Nº 120, De 02 De Janeiro De 2023;
- Número de vagas ocupadas: 01;
- Número de vagas disponíveis: 00;
- Situação: servidor nomeado em exercício;
- Nome do Servidor: **Adriane Cristina Maia de Lima**;
- Nomeação: Portaria Municipal n.º 18.404, de 05 de janeiro de 2023;
- **Posse: 05º de janeiro de 2023;**
- Dados consultados: https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww.diariomunicipal.sc.gov.br%2Fquivosbd%2Fatos%2F2023%2F01%2F1672928188_portaria_n_18.404.2023__nomeia_diretora_previdenciaria_ipresf_adriane_cristina_maia_de_lima__rev_17.394.2021.doc
- Atendimento aos requisitos do art. 8º-B, da Lei Federal n.º 9717, de 27 de novembro de 1998:
 - Art. 8º-B, I: certidões e declaração não encaminhadas ao Controle Interno e indisponíveis para consulta no site do IPRESF;
 - Art. 8º-B, II: Certificação Anbima CPA 10;
 - Art. 8º-B, III: comprovação não encaminhada ao Controle Interno e indisponível para consulta no site do IPRESF;
 - Art. 8º-B, IV: atende, conforme documentação arquivada no RH, da Prefeitura;

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS E SUPRIMENTOS

- Natureza do cargo: comissionado;
- Previsão Legal: Lei Complementar Municipal n.º 072/2015, c/c Lei Complementar Nº 120, De 02 De Janeiro De 2023;
- Número de vagas ocupadas: 01;
- Número de vagas disponíveis: 00;
- Situação: servidor nomeado em exercício;
- Nome do Servidor: **Sâmmella Carine Mendes Da Rocha Pires**;
- Nomeação: Portaria Municipal n.º 18.864, de 24 de agosto de 2023;
- Posse: 24º de agosto de 2023;
- Dados consultados: https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww.diariomunicipal.sc.gov.br%2Farquivosbd%2Fatos%2F2023%2F08%2F1692890030_portaria_n_18.864.2023_nomeia_dir_gestao_de_pessoas_e_suprimentos_ipresf__sammella_carine_mendes_da_rocha_pires.doc
- Atendimento aos requisitos do art. 8º-B, da Lei Federal n.º 9717, de 27 de novembro de 1998:
 - Art. 8º-B, I: certidões e declaração não encaminhadas ao Controle Interno e indisponíveis para consulta no site do IPRESF;
 - Art. 8º-B, II: Certificação CGRPPS;
 - Art. 8º-B, III: comprovação não encaminhada ao Controle Interno e indisponível para consulta no site do IPRESF;
 - Art. 8º-B, IV: atende, conforme documentação arquivada no RH, da Prefeitura;

RECOMENDAÇÃO 03

Que seja providenciada e publicada no site do IPRESF a documentação comprobatória, certificações dos membros da diretoria executiva e cumprimento aos requisitos estabelecidos no art. 8º-B, da Lei Federal n.º 9717, de 27 de novembro de 1998, a fim de atender ao item a fim de atender aos itens 3.1.3 e 3.2.12, do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5.

10

Conselho Administrativo (Dezembro/2024)

O Conselho Administrativo é formado por 05 (cinco) membros, que mantém vínculo funcional com o Município de São Francisco do Sul e com o IPRESF, em atendimento ao item 3.2.14, do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5, conforme art. 79, da Lei Complementar Municipal n.º 72/2015, com mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução, em atendimento ao item 3.2.15, do mencionado Manual, com o processo de escolha definido na Lei Complementar Municipal n.º 72/2015 (indicação pelo Chefe do Poder Executivo e processo eleitoral).

MEMBRO NATO

- Membro: Presidente do IPRESF;
- Previsão Legal: Lei Complementar Municipal n.º 072/2015;
- Número de vagas ocupadas: 01;
- Número de vagas disponíveis: 00;
- Nome do Servidor: **Idelson Alves Porto**;
- Portaria Municipal n.º 16.885, de 04 de janeiro de 2021 e Portaria Municipal n.º 18.401, de 05 de janeiro de 2023.

- Posse: 1º de janeiro de 2021;
- Dados consultados: https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww.diariomunicipal.sc.gov.br%2Fquivosbd%2Fatos%2F2023%2F01%2F1672928050_portaria_n_18.401.2023__nomeia_presidente_ipresf_idelson_alves_porto.doc,
https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww.diariomunicipal.sc.gov.br%2Fquivosbd%2Fatos%2F2021%2F01%2F1609868775_portaria_n_16.885.2021__nomeia_dir_ipresf_idelson_alves_porto.doc.
- Atendimento aos requisitos do art. 8º-B, da Lei Federal n.º 9717, de 27 de novembro de 1998:
 - Art. 8º-B, I: certidões e declaração não encaminhadas ao Controle Interno e indisponíveis para consulta no site do IPRESF;
 - Art. 8º-B, II: Certificação Anbima CPA 10, válida até 04/11/2024;
 - Art. 8º-B, III: comprovação não encaminhada ao Controle Interno e indisponível para consulta no site do IPRESF;
 - Art. 8º-B, IV: atende, conforme documentação arquivada no RH, da Prefeitura;

MEMBROS ELEITOS

- Previsão Legal: Lei Complementar Municipal n.º 072/2015;
- Número de vagas ocupadas: 02;
- Número de vagas disponíveis: 00;
- Nome do Servidor:
 - Darlan Elias de Mira Cidral
 - Franciele da Silva Camara
- Nomeação: Portaria Municipal nº 18.917, de 05 de outubro de 2023.
- Posse: 05 de outubro de 2023;
- Atendimento aos requisitos do art. 8º-B, da Lei Federal n.º 9717, de 27 de novembro de 1998:
 - Art. 8º-B, I: documentação apresentada durante o processo eleitoral e arquivada no RH da Prefeitura Municipal;
 - Art. 8º-B, II:
 - Darlan Elias de Mira Cidral: Certificação CGRPPS;
 - Franciele da Silva Camara: Certificação Anbima CPA 20;

11

MEMBROS INDICADOS

- Previsão Legal: Lei Complementar Municipal n.º 072/2015;
- Número de vagas ocupadas: 02;
- Número de vagas disponíveis: 00;
- Nome do Servidor:
 - Ricardo Luiz Fernandes;
 - Gerson José Horbucz;
- Nomeação: Portaria Municipal nº 18.917, de 05 de outubro de 2023;
- Posse: 05 de outubro de 2023;
- Atendimento aos requisitos do art. 8º-B, da Lei Federal n.º 9717, de 27 de novembro de 1998:
 - Art. 8º-B, I: certidões e declaração não encaminhadas ao Controle Interno e indisponíveis para consulta no site do IPRESF;

- Art. 8º-B, II:
 - Juliano Cesar Paiva. Certificação CPA 10;
 - Abelard Helbling Junior. Certificação CPA 10;

RECOMENDAÇÃO 04

Que seja providenciada e publicada no site do IPRESF a documentação comprobatória, certificações dos membros do conselho administrativo com a devida validade e cumprimento aos requisitos estabelecidos no art. 8º-B, da Lei Federal n.º 9717, de 27 de novembro de 1998, a fim de atender aos itens 3.1.3 e 3.2.14, do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5.

Conselho Fiscal (Dezembro/2024)

O Conselho Fiscal é formado por 03 (três) membros, que mantém vínculo funcional com o Município de São Francisco do Sul e com o IPRESF, em atendimento ao item 3.2.13, do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5, conforme art. 81, da Lei Complementar Municipal n.º 72/2015, com mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução, em atendimento ao item 3.2.15, do mencionado Manual, com o processo de escolha definido na Lei Complementar Municipal n.º 72/2015 (indicação pelo Chefe do Poder Executivo e processo eleitoral).

MEMBROS ELEITOS

- Previsão Legal: Lei Complementar Municipal n.º 072/2015;
- Número de vagas ocupadas: 02;
- Número de vagas disponíveis: 00;
- Nome do Servidor:
 - Flávia Regina Celestino;
 - Adriane Cristina Maia de Lima;
- Nomeação: Portaria Municipal n.º 18.916, de 05 de outubro de 2023;
- Posse: 05 de outubro de 2023;
- Atendimento aos requisitos do art. 8º-B, da Lei Federal n.º 9717, de 27 de novembro de 1998:
 - Art. 8º-B, I: documentação apresentada durante o processo eleitoral e arquivada no RH da Prefeitura Municipal;
 - Art. 8º-B, II:
 - Flávia Regina Celestino; Certificação Anbima CPA 10;
 - Adriane Cristina Maia de Lima: Certificação Anbima CPA 20;

MEMBRO INDICADO

- Previsão Legal: Lei Complementar Municipal n.º 072/2015;
- Número de vagas ocupadas: 01;
- Número de vagas disponíveis: 00;
- Nome do Servidor: Eliane Batista;
- Nomeação: Portaria Municipal n.º 18.916, de 05 de outubro de 2023;
- Posse: 05 de outubro de 2023;

- Atendimento aos requisitos do art. 8º-B, da Lei Federal n.º 9717, de 27 de novembro de 1998:
 - Art. 8º-B, I: certidões e declaração não encaminhadas ao Controle Interno e indisponíveis para consulta no site do IPRESF;
 - Art. 8º-B, II: Certificação CGRPPS;

RECOMENDAÇÃO 05

Que seja providenciada e publicada no site do IPRESF a documentação comprobatória, certificações dos membros do conselho fiscal com a devida validade e cumprimento aos requisitos estabelecidos no art. 8º-B, da Lei Federal n.º 9717, de 27 de novembro de 1998, a fim de atender aos itens 3.1.3 e 3.2.13, do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5.

Comitê de Investimentos (Dezembro/2024)

O Comitê de Investimentos é formado por 05 (cinco) membros, que mantém vínculo funcional com o Município de São Francisco do Sul e com o IPRESF, em atendimento ao item 3.2.7, do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5, conforme art. 88, da Lei Complementar Municipal n.º 72/2015, com mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução, em atendimento ao item 3.2.15, do mencionado Manual, com o processo de escolha definido na Lei Complementar Municipal n.º 72/2015 (indicação pelos Conselhos Administrativo e Fiscal).

MEMBROS INDICADOS PELO CONSELHO ADMINISTRATIVO

- Previsão Legal: Lei Complementar Municipal n.º 072/2015;
- Número de vagas ocupadas: 02;
- Número de vagas disponíveis: 00;
- Nome do Servidor:
 - Franciele da Silva Camara
- Nomeação: Portaria IPRESF n.º 037 de 27 de Setembro de 2024;
- Posse: 17 de Abril de 2024;
- Atendimento aos requisitos do art. 8º-B, da Lei Federal n.º 9717, de 27 de novembro de 1998:
 - Art. 8º-B, I: certidões e declaração não encaminhadas ao Controle Interno e indisponíveis para consulta no site do IPRESF;
 - Art. 8º-B, II:
 - Franciele da Silva Camara: Certificação CPRPPS CODEL I, válida até 27/11/2027.
Certificação CP RPPS CGINV I:

MEMBROS INDICADOS PELO CONSELHO FISCAL

- Previsão Legal: Lei Complementar Municipal n.º 072/2015;
- Número de vagas ocupadas: 01;
- Número de vagas disponíveis: 00;
- Nome do Servidor: **Eliane Batista**;
- Nomeação: Portaria IPRESF n.º 037 de 27 de Setembro de 2024;

- Posse: 17 de Abril de 2024;
- Atendimento aos requisitos do art. 8º-B, da Lei Federal n.º 9717, de 27 de novembro de 1998:
 - Art. 8º-B, I: certidões e declaração não encaminhadas ao Controle Interno e indisponíveis para consulta no site do IPRESF;
 - Art. 8º-B, II: Certificação CPRPPS COFIS I, válida até 02/01/2027;

MEMBROS NATOS

- Previsão Legal: Lei Complementar Municipal n.º 072/2015;
- Número de vagas ocupadas: 02;
- Número de vagas disponíveis: 00;
- Nome do Servidor:
 - **Presidente: Sandra Heloísa de Biasi – Diretora Financeira E De Investimentos;**
 - **Membro: Idelson Alves Porto – Presidente;**
- Nomeação: Portaria IPRESF n.º 037 de 27 de Setembro de 2024;
- Posse: 17 de Abril de 2024;
- Atendimento aos requisitos do art. 8º-B, da Lei Federal n.º 9717, de 27 de novembro de 1998:
 - Art. 8º-B, I: certidões e declaração não encaminhadas ao Controle Interno e indisponíveis para consulta no site do IPRESF;
 - Art. 8º-B, II:
 - Sandra Heloísa de Biasi: Certificação Anbima CPA 10, válida até 05/08/2024; CPRPPS DIRIG, válida até 19/12/2027; CPRPPS CGINV I, válida até 03/01/2028.
 - Idelson Alves Porto: Certificação Anbima CPA 10, válida até 04/11/2024, CPRPPS DIRIG I, válida até 26/09/2027, CPRPPS CGINV I, válida até 04/12/2027.

14

RECOMENDAÇÃO 06

Que seja providenciada e publicada no site do IPRESF a documentação comprobatória, certificações dos membros do conselho fiscal com a devida validade e cumprimento aos requisitos estabelecidos no art. 8º-B, da Lei Federal n.º 9717, de 27 de novembro de 1998, a fim de atender aos itens 3.1.3 e 3.2.7, do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5.

4 SEGURADOS

São **segurados ativos** do IPRESF os servidores públicos municipais, titulares de cargo efetivo – aprovados em concurso público, dos Poderes Legislativo e Executivo, lotados nos seguintes órgãos/entidades:

- Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul;
- Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul;
- Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul;
- Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul;
- Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Francisco do Sul.

Não são segurados ativos do IPRESF os servidores ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação ou exoneração, bem como de outro cargo temporário ou emprego público, ainda que aposentado.

São **segurados inativos**: os servidores públicos municipais, aposentados em cargo efetivo, que tenham sido segurados ativos do IPRESF. O segurado aposentado que exerça ou venha a exercer cargo em comissão, cargo temporário, emprego público ou mandato eletivo, vincula-se, obrigatoriamente, ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

4.1 Recadastramento Anual

A realização de Recadastramento Anual e/ou Censo Previdenciário está prevista no art. 18, §2º, da Lei Complementar Municipal n.º 72/2015, sob pena de retenção dos vencimentos:

Art. 18 Os segurados e seus dependentes estão obrigados à promover a sua inscrição no IPRESF e que se processará da seguinte forma:

[...]

§ 2º **O segurado deverá atualizar suas bases cadastrais, a cada ano**, no mês do respectivo aniversário, mediante o preenchimento de ficha ou formulário, impresso ou eletrônico, do IPRESF, sob pena de retenção dos vencimentos até que a providência seja tomada.

[...] (Sem grifos no original)

Em que pese a realização do recadastramento obrigatório nos anos anteriores, no período de análise do presente Relatório (julho a dezembro de 2024), observou-se que o mesmo foi realizado com prorrogação de recadastramento conforme portarias publicadas.

15

- Dados consultados:
https://s3cache.dom.sc.gov.br/atos/2024/08/1724268661_edital_005.2024__prorrogacao_de_prazo_recadastramento_ipresf_2024.pdf
https://s3cache.dom.sc.gov.br/atos/2024/07/1721240277_edital_004.2024prorrogao_do_prazo_para__recadastramento_2024.pdf
https://s3cache.dom.sc.gov.br/atos/2024/05/1716978339_edital_003.2024_recadastramento_segundo_periodo.pdf
https://s3cache.dom.sc.gov.br/atos/2024/04/1711645689_edital_002.2024_recadastramento.pdf

4.2 Prova de Vida

A realização de Prova de Vida anual está prevista no art. 18, §3º, da Lei Complementar Municipal n.º 72/2015, sob pena de retenção dos proventos:

Art. 18 Os segurados e seus dependentes estão obrigados a promover a sua inscrição no IPRESF e que se processará da seguinte forma:

[...]

§ 3º **O segurado inativo e o pensionista, obrigatoriamente, deverão atualizar suas bases cadastrais no período de janeiro a março de cada ano**, mediante o preenchimento de ficha ou formulário, impresso ou eletrônico, do IPRESF, sob pena de

retenção dos proventos ou da pensão, conforme o caso, até que a providência seja tomada.
[...] (Sem grifos no original)

A prova de vida foi realizada, conforme o edital n.º 001/2024, publicado no mês de fevereiro, tendo sido realizado no prazo legalmente exigido, através de horários pré-agendados, levantando-se os seguintes dados:

- Número de aposentados e pensionistas convocados: 193
- Número de aposentados e pensionistas que realizaram a prova de vida: 193
- Número de retenções de proventos: 000

5 ANÁLISE DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO

5.1 Administrativa

O setor administrativo do IPRESF encontra-se sob a responsabilidade da Gerência Administrativa, com as seguintes competências legais:

Art. 87 São atribuições do Gerente Administrativo:

- a) gerenciar toda as licitações e contratos administrativos do IPRESF;
- b) responder pela execução dos programas de trabalho afetos à estrutura administrativa e operacional do IPRESF, incluindo atividades correlatas à Tecnologia de Informação;
- c) prestar e supervisionar o preenchimento das informações do IPRESF junto aos órgãos de controle em conjunto com o Diretor Financeiro e de Previdência;
- d) responder pelo controle patrimonial e pela manutenção dos bens móveis e imóveis do IPRESF;
- e) praticar os atos administrativos de gestão, necessários para assegurar a consecução das atividades do IPRESF;
- f) gerenciar todos os atos de gestão de pessoas dos servidores ativos do IPRESF;
- g) substituir o Diretor Financeiro e de Previdência nos seus impedimentos e ausências.

16

Durante o segundo semestre, foram realizadas as seguintes contratações (em números):

- Licitações Dispensáveis (Compras Diretas): 02
- Dispensas/Inexigibilidades: 02
- Licitações/Pregões: 0

O IPRESF possui os seguintes contratos vigentes, neste primeiro semestre:

Nº/ ANO	OBJETO	FORNECEDOR	INÍCIO DO CONTRATO	FIM DO CONTRATO	MODALIDADE	VALOR TOTAL
------------	--------	------------	-----------------------	--------------------	------------	----------------

6/2024	Contratação de empresa especializada em serviços de zeladoria para asseio, conservação e limpeza de sala comercial que abriga sede da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul, localizada na Rua Barão do Rio Branco, n.º 377,...	FACILITARE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA	18/09/24	18/09/24	Dispensa de Presencial	R\$ 24.218,52
5/2024	CONTRATAÇÃO DE INSTUIÇÃO FINANCEIRA PÚBLICA OU PRIVADA, INCLUSIVE SOB A FORMA DE COOPERATIVA DE CRÉDITO, AUTORIZADA A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL, PARA A PRESTACAO DE SERVICOS DE CENTRALIZAÇÃO, PROCESSAMENTO E GERENCIAMENTO DE CRÉDITOS PROVENIENTES DE ...	BANCO BRADESCO S/A	09/09/24	09/09/29	Pregão Eletrônico	R\$ 307.807,80
4/2024	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de perícia e avaliação médica com vistas à análise de requerimento para concessão e reavaliação benefícios, conforme lei complementar nº 72/2015 e Lei Federal nº 7.713/1988	APJ SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR LTDA	31/07/24	31/07/25	Dispensa de Presencial	R\$ 16.800,00
3/2024	"Locação de imóvel comercial com área de 506,48m² de área privativa bem como uma área de garagem e uma vaga para estacionamento, localizado na Rua Barão do Rio Branco, nº 377, 4º andar no Centro de São Francisco do Sul, para instalação funcionamento e atendimento...	KG MOTOS LTDA	03/06/24	03/06/29	Inexigibilidade	R\$ 96.000,00

As contratações estão sendo publicadas no site (<https://www.ipresf.sc.gov.br/contrato/categoria/31/setor-administrativo>), atendendo ao item

3.2.8, alínea 'j', do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5. Não foi encaminhado ao Controle Interno o mapeamento e a manualização da área administrativa do IPRESF.

RECOMENDAÇÃO 07

Que sejam elaborados e publicados o mapeamento e a manualização das atividades e sua publicação no site do IPRESF, a fim de atender aos itens 3.2.8, 3.1.1 e 3.1.2, do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5.

5.2 Arrecadação e Finanças

Quando à arrecadação, todos os repasses são efetuados mensalmente pela Câmara de Vereadores, SAMAE, Fundação Cultural, IPRESF (servidores ativos) e Município, não havendo valores a receber, bem como não há parcelamentos de repasses e/ou contribuições previdenciárias. Valor dos repasses:

REPASSES RECEBIDOS NO PERÍODO JULHO – DEZEMBRO 2024	
CONTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES	R\$ 9.086.216,75
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	R\$ 11.197.321,26
APORTES	R\$ 14.436.094,51
COMPREV	R\$ 7.551.422,74
TOTAL	R\$ 42.271.055,26

18

Até o fim do 2º semestre, a arrecadação da entidade foi de R\$ 42.271.055,26. A entidade mantém o envio das demonstrações contábeis aos órgãos de fiscalização, aplicando-se o definido na lei orçamentária municipal, bem como presta constas ao TCE nos prazos legais.

PERÍODO	RECEITA	DESPESA	SUPERÁVIT/DÉFICIT
4º BI	R\$ 9.218.738,76	R\$ 2.757.267,89	R\$ 6.461.470,87
5º BI	R\$ 9.292.636,94	R\$ 3.043.103,59	R\$ 6.249.533,35
6º BI	R\$ 22.341.096,65	R\$ 3.804.677,24	R\$ 18.536.419,41
TOTAL	R\$ 40.852.472,35	R\$ 9.605.048,72	R\$ 31.247.423,63

Confrontando a despesa no valor de R\$ 9.605.048,72, em relação à receita de R\$40.852.472,35, a entidade obteve um superavit de R\$ 31.247.423,63, até o final do período em análise.

Não encontrado no portal os valores descritos, sendo os mesmos encaminhados pelo Diretor-Presidente, não foi encaminhado ao Controle Interno o mapeamento e a manualização da área de arrecadação e finanças do IPRESF.

RECOMENDAÇÃO 08

Que sejam elaborados e publicados as receitas, despesas, superávit/deficit, o mapeamento e a manualização das atividades e sua publicação no site do IPRESF, a fim de atender aos itens 3.2.8, 3.1.1 e 3.1.2, do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5.

5.3 Investimentos

A Política de Investimentos do ano de 2024 segue os limites regulados pela Resolução CMN n.º 4.963/2021, conforme demonstra o quadro a seguir:

Classificação		% Limite Resolução	% Estratégia Alvo	Limite Superior
Renda Fixa – Art. 7	FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, a	100%	30,0%	100,0%
	FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, b	100%	36,5%	100,0%
	ETF – 100% Títulos públicos de emissão do TN – Art. 7º, I, c	100%	0,5%	100,0%
	Operações compromissadas Art. 7º, II	5%	0,00%	5,0%
	FI Renda Fixa Geral - Art. 7º, III, a	70%	10%	70,0%
	ETF Indices de RF Geral - Art. 7º, III, b	70%	0,5%	70,0%
	Ativos de RF de emissão de Inst. Financ. Bancárias – Art. 7º, IV	20%	2,0%	20,0%
	FI em direitos creditórios – cota sênior – Art. 7º, V, a	10%	0,5%	10,0%
	FI RF “crédito privado” – Art. 7º, V, b	10%	2,5%	10,0%
	FI debêntures de infraestrutura – Art. 7º, V, c	10%	0,5%	10,0%
Renda Variável – Art. 8	FI de Ações - Art. 8º, I	40%	7,0%	40,0%
	ETF – Indices de Ações – Art. 8º, II	40%	1,5%	40,0%
Investimento no Exterior Art. 9	Fundo de Renda Fixa – dívida externa Art. 9º, I	10%	1,0%	10,0%
	Investimentos no Exterior - Art. 9º, II	10%	2,0%	10,0%
	FI de Ações – BDR nível 1 - Art. 9º, III	10%	2,0%	10,0%
Investimento Estruturado Art. 10	FI Multimercado aberto – Art. 10º, I	10%	2,0%	10,0%
	FI em Participações - Art 10º, II	5%	0,5%	5,00%
	FI “Ações – mercado de acesso” - Art. 10, III	5%	0,5%	5,00%
Fundos Imobiliários Art. 11	FI Imobiliários – Art 11º	10%	0,5%	10,00%
Empréstimo consignado Art. 12	Empréstimo Consignado - Art 12º	10%	0%	10,00%

O IPRESF se encontra enquadrado à Resolução N.º 4.963/2021, e à Política de Investimento 2024. A Política de Investimentos está publicada no site do IPRESF (<https://www.ipresf.sc.gov.br/public/admin/globalarq/cria/documento-auxiliar/ebe09acf82824b50245b2488744f5ec3.pdf>), e atende aos requisitos mínimos dispostos no item 3.2.6, do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5.

Os relatórios necessários para a obtenção e manutenção do Nível II, descritos no item 3.2.6,

do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5, estão disponíveis no site do IPRESF (<https://www.ipresf.sc.gov.br/pagina/96/carteira-de-investimentos>) e atendem aos requisitos necessários.

O IPRESF possui até o segundo semestre no ano de 2024, um saldo de investimentos de R\$ 283.365.244,23, os quais estão distribuídos da seguinte forma:

Tipo de Investimento	Valor	%
Fundos de Investimentos – Renda Fixa	R\$ 259.550.407,14	91,61%
Fundos de Investimentos – Renda Variável/Estruturado/Imobiliário	R\$ 8.395.618,18	02,96%
Fundos de Investimentos – Exterior	R\$ 8.604.217,34	03,03%
Conta Corrente	R\$ 6.815.001,57	02,40%

Em relação aos investimentos, a assinatura conjunta do Diretor Presidente e da Diretora Financeira e de Previdência, para a realização dos atos, atende aos limites de alçada exigidos para o item 3.2.9, do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5.

Não encontrado no portal os valores descritos, sendo os mesmos encaminhados pelo Diretor-Presidente, não foi encaminhado ao Controle Interno o mapeamento e a manualização da área de investimentos do IPRESF.

RECOMENDAÇÃO 09

Que sejam elaborados e publicados o total de investimentos, o mapeamento e a manualização das atividades e sua publicação no site do IPRESF, a fim de atender aos itens 3.2.8, 3.1.1 e 3.1.2, do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5.

20

5.4 Atuarial

Em relação à Avaliação Atuarial, a mesma foi realizada pela empresa Lumens Atuarial, para o ano de 2024 (data-base 31/12/2023). O Relatório da Avaliação Atuarial, contemplando a análise dos resultados das avaliações atuariais anuais relativas aos três últimos exercícios, com comparativo entre a evolução das receitas e despesas estimadas e as efetivamente executadas, foi elaborado e divulgado no site do instituto (<https://www.ipresf.sc.gov.br/pagina/109/avaliacao-atuarial>) O envio do DRAA é realizado anualmente, até 31 de março de cada ano, à Secretaria de Previdência/MF. Desta forma, entende-se como atendido o item 3.2.3, do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5.

5.5 Benefícios

O plano de benefícios está disposto na Lei Complementar Municipal n.º 72/2015:

Art. 20 O IPRESF compreende os seguintes benefícios:

I - Quanto ao servidor:

- a) aposentadoria por invalidez;
 - b) aposentadoria compulsória;
 - c) aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição;
 - d) aposentadoria voluntária por idade;
 - e) aposentadoria especial;
 - f) auxílio-doença; (Revogado pela Lei Complementar nº 96/2018)
 - g) salário-família; e (Revogado pela Lei Complementar nº 105/2021)
 - h) salário-maternidade.
 - h) salário-natalidade. (Redação dada pela Lei Complementar nº 75/2015) (Revogado pela Lei Complementar nº 105/2021)
 - II - Quanto ao dependente:
 - a) pensão por morte; e
 - b) auxílio-reclusão. (Revogado pela Lei Complementar nº 105/2021)
- Parágrafo único. É vedada a concessão de aposentadoria especial, nos termos do art. 40, § 4º, da Constituição da República, até que lei complementar federal discipline a matéria.

O rol de benefícios está limitado a aposentadorias e pensões, conforme exige a EC n.º 103/19.

Foram analisados pelo Controle Interno, no período deste relatório, os seguintes processos, para os quais foram emitidos relatórios de conformidade, por este órgão interno de controle, utilizando-se como base a Instrução Normativa n.º TC-11/2011, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina:

Servidor	Processo	Cargo	Regra de Aposentadoria /Pensão	Parecer	Data
Juliete Izabel de Souza Miranda	2952/2023	Prof. Educação Infantil	Voluntária Idade e Tempo contribuição. Art. 40§ 1, III, "A" C/C Art. 40§ 5. CF 1988; Art. 23 § 01. LC 72/2015; Art. 20 § 4. C/C art. 36 II EC 103/2019;		19/07/2024
Juceli de Fátima Freitas	26945/2023	Assistente Executivo	Invalidez Permanente. Regra transição. Art. 06-A, EC 041/2003 C/C Art.40 § 01, I, da CF 1988; Art. 46 da LC 72/2015; Art. 20 § 4. C/C art. 36, II EC 103/2019;	0317/2024	04/07/2024
Edioneia Gonçalves de Oliveira	17239/2023	Prof. Educação Infantil	Voluntária Idade e Tempo contribuição. Regra transição. Art. 06 EC 041/2003 c/c Art. 40 § 5. CF 1988; Art.45 C/C Art. 23 § 1. LC 72/2015; Art. 20 § 4. C/C art. 36, II EC 103/2019;	0360/2024	22/07/2024
Bertoldo Xavier de Souza	18509/2024	Motorista	Voluntária Idade e Tempo contribuição. Regra transição. Art. 06	0425/2024	12/08/2024

			EC 041/2003; Art.45 C/C Art. 23 § 1. LC 72/2015; Art. 20 § 4. C/C art. 36, II EC 103/2019;		
Simone de Borba	19597/2024	Prof. Educação Infantil	Voluntária Idade e Tempo contribuição. Regra transição. Art. 06 EC 041/2003 c/c Art. 40 § 5. CF 1988; Art.45 C/C Art. 23 § 1. LC 72/2015; Art. 20 § 4. C/C art. 36, II EC 103/2019;	424/2024	09/08/2024
Izabel Cristina de Ataíde	20872/2024	Auxiliar de Biblioteca	Voluntária Idade e Tempo contribuição. Regra transição. Art. 03 EC 047/2005; Art.47 C/C Art. 45. LC 72/2015; Art. 20 § 4. C/C art. 36, II EC 103/2019;	517/2024	27/09/2024
Elair Maria Braga Correa	23536/2024	Prof. Educação Infantil	Voluntária Idade. Art. 40 § 1, III, "B". CF 1988; Art.24 C/C art. 50. LC 72/2015; Art. 20 § 4. C/C art. 36 II EC 103/2019;	490/2024	23/09/2024
Mauri Mafra	13354/2023	Guarda de Segurança	Tempo contribuição. Regra transição. Art. 06 EC 041/2003; Art.45 LC 72/2015; Art. 20 § 4. C/C art. 36, II EC 103/2019;	465/2024	13/09/2024
Dercília Maria da Cunha Alves	13679/2023	Agente de Obras e Serviços	Invalidez Permanente. Regra transição. Art. 06-A, EC 041/2003 C/C Art.40 § 01, I, da CF 1988; Art. 46 da LC 72/2015; Art. 20 § 4. C/C art. 36, II EC 103/2019;	447/2024	30/08/2024
Andrea Karla Gomes	14719/2024	Prof. Educação Infantil	Voluntária Idade e Tempo contribuição. Art. 06 EC 041/2003 c/c Art. 40 § 5. CF 1988; Art.45 C/C Art. 23 § 1. LC 72/2015; Art. 20 § 4. C/C art. 36, II EC 103/2019;	491/2024	24/09/2024
Julia Maria Cenedesi	27891/2024	Psicóloga	Voluntária Idade e Tempo contribuição. Regra transição. Art. 40 § 1, III, "A". CF 1988; Art. 23. LC 72/2015; Art. 20 § 4. C/C art. 36, II EC 103/2019;	547/2024	01/11/2024

Rosangela Mattar	18116/2024	Arquiteta	Voluntária Idade e Tempo contribuição. Regra transição. Art. 03 EC 047/2005; Art.47 C/C Art. 45. LC 72/2015; Art. 20 § 4. C/C art. 36, II EC 103/2019;	530/2024	10/10/2024
Rubilar Francos Avencurt	16110/2024	Mecânico	Voluntária Idade e Tempo contribuição. Regra transição. Art. 03 EC 047/2005; Art.47 C/C Art. 45. LC 72/2015; Art. 20 § 4. C/C art. 36, II EC 103/2019;	528/2024	07/10/2024
Roberto Luiz Schnaider Soares	19029/2024	Odontólogo	Voluntária Idade e Tempo contribuição. Regra transição. Art. 03 EC 047/2005; Art.47 C/C Art. 45. LC 72/2015; Art. 20 § 4. C/C art. 36, II EC 103/2019;	538/2024	18/10/2024
Haroldo Luiz Pinto	27103/2024	Guarda de Segurança	Voluntária Idade e Tempo contribuição. Art. 06 EC 041/2003; Art.45 LC 72/2015; Art. 20 § 4. C/C art. 36, II EC 103/2019	546/2024	29/10/2024
Surami Zenilda Rosa Maciel	24982/2024	Auxiliar Administrativo	Voluntária Idade e Tempo contribuição. Regra transição. Art. 03 EC 047/2005; Art.47 C/C Art. 45. LC 72/2015; Art. 20 § 4. C/C art. 36, II EC 103/2019;	562/2024	07/11/2024
Maria Aparecida de Amorim	27583/2024	Prof. Educação Infantil	Voluntária Idade e Tempo contribuição. Regra transição. Art. 03 EC 047/2005; Art.47 C/C Art. 45. LC 72/2015; Art. 20 § 4. C/C art. 36, II EC 103/2019;	563/2024	12/11/2024
Sonia Maria da Costa	28597/2024	Servente	Voluntária Idade. Art. 40 § 1, III, "B". CF 1988; Art.24 C/C art. 50. LC 72/2015; Art. 20 § 4. C/C art. 36 II EC 103/2019;	577/2024	10/12/2024
Eunice da Silva Franca Schetz	36137/2024	Auxiliar Executivo	Voluntária Idade e Tempo contribuição. Regra transição. Art. 03 EC 047/2005; Art.47 C/C	584/2024	12/12/2024

			Art. 45. LC 72/2015; Art. 20 § 4. C/C art. 36, II EC 103/2019;		
Alcides Moers	26791/2024	Guarda de Segurança	Voluntária Idade e Tempo contribuição. Regra transição. Art. 03 EC 047/2005; Art.47 C/C Art. 45. LC 72/2015; Art. 20 § 4. C/C art. 36, II EC 103/2019;	568/2024	05/12/2024
Pedro Roberto Camargo	35347/2024	Agente de Obras e Serviços	Voluntária Idade e Tempo contribuição. Regra transição. Art. 03 EC 047/2005; Art.47 C/C Art. 45. LC 72/2015; Art. 20 § 4. C/C art. 36, II EC 103/2019;	569/2024	09/12/2024

A concessão de benefícios segue a previsão legal contida na Constituição Federal e Emendas Constitucionais ainda aplicáveis – o IPRESF ainda não realizou a reforma da previdência; e, ainda, na Lei Complementar Municipal n.º 72/2015. Apesar disso, não foi encaminhado ao Controle Interno o mapeamento e a manualização da área de concessão de benefícios do IPRESF.

RECOMENDAÇÃO 10

Que sejam elaborados e publicados, o mapeamento e a manualização da área de concessão de benefícios do IPRESF. e sua publicação no site do IPRESF, a fim de atender aos itens 3.2.8, 3.1.1, 3.1.6 e 3.1.2, do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5.

24

5.6 **Transparência, Atendimento, Ouvidoria e Código de Ética**

O IPRESF oferece site institucional que atende os requisitos da transparência (<https://www.ipresf.sc.gov.br/pro-gestao-rpps>), informa o endereço, expediente e canais de atendimento remoto (<https://www.ipresf.sc.gov.br/fale-conosco>), em atendimento ao item 3.2.8, no entanto, várias páginas não contam com o upload do arquivo, o que deverá ser regularizado.

A transparência ativa pode ser verificada por meio do site (<https://portalipresf.atende.net/#/>), onde se pode verificar a divulgação de maneira transparente sobre toda a gestão do Instituto, tendo assim acesso as informações legais exigidas. A transparência passiva, da mesma forma, pode ser solicitada no Portal do Município, através de pedidos de acesso à informação (<https://portalipresf.atende.net/transparencia/grupo/acesso-a-informacao#conteudo>), cujo link está disponível no site do IPRESF.

A ouvidoria utilizada é a disponível pelo Instituto, através do e-mail: ouvidoria@ipresf.sc.gov.br, e do site institucional. (www.ipresf.sc.gov.br/ouvidoria).

O Código de Ética está disponível no site do IPRESF (<https://www.ipresf.sc.gov.br/pagina/94/pro-gestao-rpps/sub-pagina/13/>), atendendo ao item 3.2.8 e 3.2.4, do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5, no entanto, não foram encontradas evidências de sua divulgação aos servidores, segurados, membros dos órgãos colegiados, fornecedores, prestadores de serviços, agentes financeiros, etc. No segundo semestre de 2024, não ocorreram denúncias, representações ou expedientes.

Não foi encaminhada ao Controle Interno a comprovação de oferecimento de curso de capacitação a tal profissional na área de ouvidoria e acesso à informação.

RECOMENDAÇÃO 11

Que sejam elaborados e publicados o mapeamento e a manualização das atividades referentes a transparência, Atendimento, ouvidoria e código de ética e sua publicação no site do IPRESF, a fim de atender aos itens 3.2.8, 3.1.1 e 3.1.2, do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5.

RECOMENDAÇÃO 12

Realizar a publicação no site do IPRESF dos documentos e informações indicados no item 3.2.8, do Manual Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5.

RECOMENDAÇÃO 13

Comprovar a capacitação do servidor nomeado na área de ouvidoria.

RECOMENDAÇÃO 14

Comprovar a divulgação do Código de Ética aos servidores e segurados, atualização do mesmo se necessário conforme aos relacionados no item 3.2.4, Nível II, do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5

25

5.7 Compensação Previdenciária

O novo COMPREV foi instituído no IPRESF, por Inexigibilidade de Licitação (Requisição de Despesas n.º 025/2021), no qual se contratou a DATAPREV para a prestação de serviço SAAS (Software As A Service) para operacionalização da compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os Regimes Próprios de Previdência Social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e entre os Regimes Próprios, na hipótese de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, em cumprimento ao estabelecido pelo Decreto Federal n.º 10.188, de 20 de dezembro de 2019 e Portaria/SEPTR/ME n.º 15.829, de 02 de julho de 2020, com base no art. 25, caput, da Lei Federal n.º 8.666/93, conforme Contrato n.º 006102/2022.

Todos os processos de Aposentadoria e Pensão por Morte, após o devido registro pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, são incluídos ao sistema requerendo a devida compensação.

5.8 Política de Segurança da Informação

A área de tecnologia da informação está sendo desenvolvida no IPRESF, através da confecção da Política de Segurança da Informação, não se encontra disponível a versão atualizada no site, sendo a última versão de 2023 (<https://www.ipresf.sc.gov.br/pagina/94/pro-gestao-rpps/sub-pagina/34/>) abrangendo servidores e prestadores de serviços, indicando a responsabilidade de cada um, com regras normativas quanto ao uso da internet, do correio eletrônico e computadores, além dos demais recursos tecnológicos do RPPS.

Também constam os procedimentos de contingência que determinam a existência de cópias de segurança dos sistemas informatizados e dos bancos de dados, o controle de acesso e a área responsável por elas, no entanto, não foram encaminhadas ao Controle Interno as evidências de realização de tais controles.

RECOMENDAÇÃO 15

Que sejam elaborados e publicados o mapeamento e a manualização das atividades da área de política da segurança da informação e sua publicação no site do IPRESF, a fim de atender aos itens 3.2.8, 3.1.1, 3.1.2 e 3.1.5, do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5.

RECOMENDAÇÃO 16

Que seja atualizada e encaminhada Política de Segurança da Informação aos servidores, prestadores de serviços, conselheiros e demais abrangidos, a fim de que prestem compromisso quanto à sua observância obrigatória. do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5

RECOMENDAÇÃO 17

Que sejam realizadas as adequações necessárias às exigência da LGPD, no âmbito do IPRESF.

RECOMENDAÇÃO 18

Que elaboradas e encaminhadas ao controle interno os procedimentos de controle que comprovem a determinação dos procedimentos de contingências e segurança dos sistemas informatizados. a fim de atender ao item 3.1.5, do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5.

26

5.9 Jurídico

O IPRESF possui Procurador Previdenciário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a fim de atender todas as demandas jurídicas da entidade fundacional – emissão de pareceres em processos de concessão de benefícios, revisão legal, defesa em processos judiciais e cumprimento de decisões judiciais, etc., com a garantia de todas as prerrogativas aplicáveis aos advogados públicos, devidamente inscrito na OAB/SC sob o n.º 37.835.

5.10 Relatório de Governança Corporativa

Não foi encaminhado ao Controle Interno o Relatório de Governança Corporativa referente ao ano de 2024 (periodicidade anual). Encontra-se publicado no site, somente o plano de ação referente ao ano de 2024. O Relatório de Governança Corporativa não se encontra publicado no site do IPRESF (<https://www.ipresf.sc.gov.br/pagina/94/pro-gestao-rpps/sub-pagina/46/>)

RECOMENDAÇÃO 19

Que sejam elaborados e publicados o mapeamento e a manualização das atividades, referente a governança corporativa e sua publicação no site do IPRESF, a fim de atender aos itens 3.2.8, 3.1.1, 3.1.2, e 3.2 do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5.

RECOMENDAÇÃO 20

Que seja elaborado o Relatório de Governança Corporativa do IPRESF, e seja efetuada a sua publicação no site do IPRESF, a fim de atender aos itens 3.2 e 3.2.1, do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5.

5.11 Planejamento

O IPRESF conta com Planejamento Estratégico aprovado para os anos de 2020-2024, aprovado pelo Conselho Administrativo, através da Resolução CADM/IPRESF n.º 004/2020, disponível no site (<https://www.ipresf.sc.gov.br/public/admin/globalarq/cria/sub-pagina-doc/8ced9f8d9a49129d81db8282aa95d3ee.pdf>) em atendimento ao item 3.2.2, do Manual Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5.

5.12 Saúde e Segurança do Servidor

O Município de São Francisco do Sul conta com SESMT estruturado, conforme Lei Municipal n.º 1159, de 14 de junho de 2011, e CIPA, com o objetivo de adotar medidas preventivas, que visem à redução dos riscos inerentes ao ambiente de trabalho e das situações que provocam a incapacidade laborativa dos servidores.

Em atendimento ao item 3.2.5, do Manual Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5, observa-se que:

- Os editais do Município de São Francisco do Sul têm exigido a realização de exames médicos admissionais dos aprovados em concurso público, como requisito para posse e nomeação, os quais ficam arquivados no setor de RH;
- O IPRESF, no segundo semestre, possui contrato vigente com a empresa APJ SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR LTDA, para a prestação de serviços de perícia médica, a fim de atender a concessão e revisão dos benefícios por incapacidade;
- O Município de São Francisco do Sul possui serviço de perícia médica aos servidores do quadro efetivo ou contratados.
- Não foram encaminhadas comprovação da realização de ações educativas para redução dos acidentes de trabalho, através da CIPA.

O IPRESF possui previsão legal de realização, a cada 02 anos, de revisão dos benefícios de aposentadoria por incapacidade permanente, para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão do benefício – art. 21, §5º, da Lei Complementar Municipal n.º 72/2015, no entanto, diante da ausência de contrato vigente para o serviço de perícias médicas na Unidade Gestora, não foi possível verificar o atendimento a este requisito.

RECOMENDAÇÃO 21

Que seja comprovada a realização de ações educativas, através da CIPA, para redução dos acidentes de trabalho, a fim de atender ao item 3.2.5, do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5.

6 EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

6.1 Plano de Ação de Capacitação

Não foi encaminhado Plano de Capacitação do IPRESF ao Controle Interno. O mesmo se encontra publicado no site (<https://www.ipresf.sc.gov.br/public/admin/globalarq/cria/sub-pagina-doc/c1eb19757ba38e64c2bf2fec9852564f.pdf>)

RECOMENDAÇÃO 22

Que seja comprovado a execução e divulgação aos servidores do Plano de Ação de Capacitação, a fim de atender ao item 3.3.1, do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5.

6.2 Ações de Diálogo

O IPRESF tem realizado ações de educação previdenciária, através dos seguintes critérios, que levam conhecimentos básicos e essenciais sobre o RPPS e os benefícios previdenciários:

CARTILHAS

Estão disponíveis no site do IPRESF (<https://www.ipresf.sc.gov.br/pagina/134/cartilhas>), as seguintes cartilhas.

- MANUAL PARA SOLICITAR A CTC NO INSS
- PERGUNTAS E RESPOSTAS – ADEQUAÇÃO DE ALÍQUOTA PREVIDENCIÁRIA;
- REGRAS DE APOSENTADORIA DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL;
- PEDIDO DE APOSENTADORIA ‘PASSO A PASSO’.

PROGRAMA MINHA APOSENTADORIA

O Programa ‘Minha Aposentadoria’, desenvolvido pelo IPRESF, é realizado mediante solicitação das chefias dos órgãos e entidades que compõe a administração pública municipal, e caracteriza-se pelo atendimento presencial dos servidores em seu local de trabalho, pela equipe previdenciária do IPRESF, com data pré-agendada, onde os segurados podem tirar dúvidas, realizar simulações e obter esclarecimentos sobre o processo de concessão de benefícios. O programa é destinado aos segurados ativos do Regime Próprio de Previdência Social do Município de São Francisco do Sul. Consta no site do IPRESF (<https://www.ipresf.sc.gov.br/programa-minha-aposentadoria>), com cronograma de realização ao qual não se encontra atualizado no site.

RECOMENDAÇÃO 23

Que seja atualizado no site do IPRESF, as ações de dialogo, a fim de atender ao item 3.3.2, do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5

AUDIÊNCIA PÚBLICA ANUAL

O IPRESF não realizou, no segundo semestre de 2024, audiência pública anual com os segurados, representantes do ente federativo (Poder Executivo e Legislativo) e a sociedade civil, para exposição e debates sobre o Relatório de Governança Corporativa, os resultados da Política de Investimentos e da Avaliação Atuarial.

RECOMENDAÇÃO 24

Que seja realizada ‘Audiência Pública Anual’, referente aos relatórios do ano de 2024, a fim de atender ao item 3.3.2, do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5

7 CONCLUSÃO

Por fim, este relatório se concentrou na análise e acompanhamento de alguns dos principais indicadores financeiros, atuariais e orçamentários do IPRESF, assim como da regularidade das principais operações do Instituto.

Com base na análise realizada, constata-se que o IPRESF apresentou desempenho satisfatório na gestão financeira, atuarial, administrativa e orçamentária, evidenciando regularidade na execução de seus processos e evolução contínua em governança, transparência e conformidade normativa. As ações já implementadas demonstram comprometimento institucional com as boas práticas de gestão e com o atendimento às metas estabelecidas. O conjunto de ações implementadas indica comprometimento institucional com a melhoria contínua e com o atendimento às exigências legais e operacionais do regime próprio.

O cumprimento tempestivo dessas recomendações é indispensável para o fortalecimento da governança, a mitigação de riscos institucionais e o aprimoramento dos processos internos, fortalecendo os processos internos, ampliando a segurança jurídica, reduzindo os riscos e consolidando a efetividade e a maturidade da gestão do Instituto, contribuindo para a sustentabilidade do regime próprio e a confiança dos segurados e da sociedade.

A seguir, apresentam-se as recomendações classificadas conforme os itens do Manual do Pró-Gestão RPPS (Versão 3.5):

1. Itens 3.1 – Governança Corporativa e Controles Internos

- 3.1.1 e 3.1.2 – Mapeamento e Manualização de Processos
 - Recomendações. 07, 08, 09, 10, 11, 15 e 19: Elaborar e publicar o mapeamento e a manualização das atividades das áreas de benefícios, investimentos,

receitas e despesas, transparência, atendimento, ouvidoria, ética, segurança da informação e governança corporativa.

- 3.1.3 – Qualificação e Conformidade dos Dirigentes

- Recomendações. 03, 04, 05 e 06: Publicar no site as certificações e comprovações de atendimento aos requisitos legais dos membros da diretoria executiva, conselhos administrativo e fiscal.

- 3.1.5 – Segurança da Informação

- Recomendações. 18: Encaminhar ao controle interno os procedimentos de contingência e segurança dos sistemas informatizados.

- 3.1.6 – Procedimentos da Área de Benefícios

- Recomendações. 10: Concluir o mapeamento e a manualização dos processos de concessão de benefícios.

2. Itens 3.2 – Transparência, Ética, Governança e Relação com o Público

- 3.2 – Governança

- Recomendações. 20: Elaborar e publicar o Relatório de Governança Corporativa.
- Recomendações. 19: Publicar o mapeamento e a manualização das atividades relacionadas à governança corporativa.

- 3.2.1 – Estrutura de Governança

- Recomendações. 20 e 19: Atender à estrutura e formalização demandadas.

- 3.2.4 – Código de Ética

- Recomendações. 14: Divulgar e atualizar o Código de Ética aos servidores e segurados.

- 3.2.5 – Ações Educativas de Saúde e Segurança

- Recomendações. 21: Comprovar ações da CIPA para redução de acidentes de trabalho.

- 3.2.7 – Conselho Fiscal

- Recomendações. 06: Publicar documentos comprobatórios das certificações dos conselheiros.

- 3.2.8 – Publicidade e Transparência

- Recomendações. 07, 08, 09, 10, 11, 12, 15 e 19: Publicar no site todos os documentos, mapeamentos, manuais e informações exigidos.

- 3.2.12 – Diretoria Executiva

- Recomendações. 03: Publicar comprovação das certificações dos membros da diretoria executiva.

- 3.2.13 – Conselho Fiscal

- Recomendações. 05: Publicar documentação comprobatória das certificações dos membros.

- 3.2.14 – Conselho Administrativo

- Recomendações. 04: Publicar documentação comprobatória das certificações dos membros.

3. Itens 3.3 – Comunicação, Capacitação e Relacionamento com o Segurado

- 3.3.1 – Capacitação

- Recomendações. 22: Comprovar execução e divulgação do Plano de Capacitação.

- 3.3.2 – Audiência Pública e Ações de Diálogo

- Recomendações. 23: Atualizar no site as ações de diálogo.
- Recomendações. 24: Realizar e comprovar a Audiência Pública Anual referente ao exercício de 2024.

4. Outras Recomendações Relevantes

- LGPD

- Recomendações. 17: Implementar todas as adequações necessárias à Lei Geral de Proteção de Dados.

- Política de Segurança da Informação

- Recomendações. 16: Atualizar e encaminhar a Política de Segurança da Informação para ciência de todos os envolvidos.

- Ouvidoria

- Recomendações. 13: Comprovar capacitação do servidor responsável.
- Publicações Obrigatórias
 - Recomendações. 02: Publicar as Portarias Municipais e atualizar a aba da equipe do IPRESF.
- Plano de Carreira e Concurso Público
 - Recomendações. 01: Estruturar o Plano de Carreira e promover concurso público para reduzir dependência de servidores cedidos.

No período em apuração, e somente pelos processos e resultados analisados, evidencia-se que a gestão do IPRESF, vem sendo, no geral, bem-sucedida no alcance de suas metas e na manutenção da regularidade, dando publicidade a seus atos, inclusive aprimorando a atualização tempestiva do Portal da Transparência e do site do Instituto. O IPRESF apresenta avanços significativos na consolidação das boas práticas de gestão e demonstra elevado comprometimento com a transparência e a governança institucional. Entretanto, a implementação integral das recomendações listadas permanece essencial para assegurar o atendimento aos requisitos do Pró-Gestão RPPS e garantir a manutenção da certificação no Nível II

Diante do exposto, A Controladoria Geral, manifesta parecer favorável quanto à identificação de evidências de boas práticas de gestão, reconhecendo os avanços obtidos e a coerência das ações com as metas estabelecidas. Todavia, o parecer é favorável **com ressalvas**, uma vez que ainda existem ajustes essenciais e importantes adequações necessárias para assegurar a manutenção da Certificação Nível II do Pró-Gestão RPPS, vigente até 12 de dezembro de 2025.

São Francisco do Sul, 10, Janeiro de 2025.

BRUNO DE ANDRADE CLEMENTE
CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL
Portaria Municipal n.º 16.931, de 04 de janeiro de 2021